



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

| ASSINATURAS          |           |                    |       |
|----------------------|-----------|--------------------|-------|
| As três séries . . . | Ano 360\$ | Semestre . . . . . | 200\$ |
| A 1.ª série . . . .  | " 140\$   | " . . . . .        | 80\$  |
| A 2.ª série . . . .  | " 120\$   | " . . . . .        | 70\$  |
| A 3.ª série . . . .  | " 120\$   | " . . . . .        | 70\$  |

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

### SUMÁRIO

#### Ministérios do Interior, das Finanças e do Exército:

**Portaria n.º 15 861** — Dá nova redacção ao artigo 71.º do Regulamento Administrativo da Legião Portuguesa, aprovado pela Portaria n.º 8996.

#### Ministério da Justiça:

**Declaração** de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 1.º do orçamento do Ministério.

#### Ministério do Exército:

**Decreto-Lei n.º 40 602** — Adiciona um parágrafo ao artigo 13.º da Lei n.º 1961, alterada pela Lei n.º 2034 (Lei de Recrutamento e Serviço Militar).

**Declaração** de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 5.º do orçamento do Ministério.

#### Ministério do Ultramar:

**Portaria n.º 15 862** — Abre um crédito no orçamento privativo em vigor do Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, destinado a custear as despesas com o plano de estudo das madeiras da província ultramarina da Guiné.

Legião Portuguesa, aprovado pela Portaria n.º 8996, de 4 de Maio de 1938, passe a ter a seguinte redacção:

Art. 71.º Directamente subordinado à Junta Central funcionará o conselho administrativo, composto de um presidente e dois vogais, nomeados pela mesma Junta.

Ministérios do Interior, das Finanças e do Exército, 15 de Maio de 1956. — O Ministro do Interior, *Joaquim Trigo de Negreiros*. — O Ministro das Finanças, *António Manuel Pinto Barbosa*. — O Ministro interino do Exército, *Fernando dos Santos Costa*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### 4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Justiça, por seu despacho de hoje, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

#### CAPÍTULO 1.º

#### Gabinete do Ministro

Artigo 9.º «Encargos administrativos»:

1) «Pagamento de serviços e encargos não especificados»:

Da alínea a) «Despesas relativas à elaboração do Código Civil, etc.» . . . — 2.450\$00

Para a alínea b) «Despesas de carácter eventual» . . . . . + 2.450\$00

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 10 de Maio de 1956. — O Chefe da Repartição, *Darwin de Vasconcelos*.

## MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

### Estado-Maior do Exército

#### Decreto-Lei n.º 40 602

Tendo a experiência demonstrado que o sistema de recrutamento militar vigente conduz frequentes vezes ao apuramento para o serviço militar de indivíduos que, dada a actual tendência para a especialização das forças armadas, têm nele deficiente aproveitamento;

## MINISTÉRIOS DO INTERIOR, DAS FINANÇAS E DO EXÉRCITO

### Portaria n.º 15 861

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Interior, das Finanças e interino do Exército, que o artigo 71.º do Regulamento Administrativo da